

ORIENTAÇÕES PARA EMISSÃO DE PARECER PELOS CONSELHEIROS


Parecer é o pronunciamento dado por um conselheiro ou grupo de conselheiros na qualidade de relator (es) designado(s) sobre matéria submetida ao Conselho. Os pareceres de um conselheiro devem contribuir para os outros membros entenderem a questão colocada e subsidiar a sua definição de votos. Cabe frisar que a elaboração de parecer por parte dos próprios conselheiros dá a possibilidade de manifestação formal do conselho, sem quaisquer direcionamentos por parte do poder público, sendo uma ferramenta importante de atuação do conselho.

O parecer é uma opinião sobre assunto pendente de pronunciamento, proferido por um(a) conselheiro(a), na qualidade de relator(a), podendo ser favorável, rejeitado ou mesmo arquivado - quando a matéria já foi atendida. Caso um conselheiro discorde dos itens de um parecer de outro conselheiro, pode solicitar mais esclarecimentos ou pedir para ler o parecer, que é chamado “pedido de vista”, para o que o conselheiro solicitante emite um segundo parecer, que pode esclarecer melhor o tema sobre outra abordagem. Em qualquer caso, o parecer deve limitar-se ao assunto trazido no expediente ao qual se referir e conterá ementa, relatório, análise do mérito e conclusão.

Para subsidiar a elaboração de parecer, os conselheiros podem solicitar à Secretaria Municipal de Cultura que o setor responsável pelo tema do parecer emita um parecer técnico, reunindo aspectos técnicos e informações oficiais que auxiliem na compreensão de um maior número de elementos ligados ao tema (estudos, tabelas, gráficos, etc.).

A apresentação do parecer será feita pelo próprio membro que redigiu o parecer ou por outro membro do conselho com conhecimento do caso. Após a apresentação do parecer abre-se espaço para as considerações do plenário de modo que sejam esclarecidas quaisquer dúvidas antes do encaminhamento para a votação. Cabe ao conselheiro relator acatar ou não as sugestões do plenário, incorporando-as ou não ao parecer. O parecer do Conselheiro relator caracterizará o seu voto e pode ou não ser seguido pelo Plenário.

Segue um quadro com explicativos de cada campo e exemplo de parecer no formulário e o modelo de formulário para emissão do parecer pelos conselheiros do COMUC.

 PREFEITURA BELO HORIZONTE Secretaria Municipal de Cultura	CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL – COMUC (MODELO/EXEMPLO)
ASSUNTO	Parecer sobre (inserir assunto do parecer) <i>Parecer sobre proposição sobre regras de transição entre mandatos do COMUC</i>

Resumo/síntese:	<p>(Histórico, contexto, questões controversas)</p> <p>Este parecer tem por finalidade apresentar razões que fundamentarão as regras que permitirão que conselheiros representantes da Sociedade Civil tenham seus mandatos estendidos de forma a não criar um intervalo descontinuo das ações do COMUC.</p>
Grupos envolvidos	<p>(listar os envolvidos diretamente ou interessados diretos na questão)</p> <p>Representantes da Sociedade Civil; Artistas e Técnicos; Usuários dos serviços permanentes, programas e projetos do órgão gestor de cultura.</p>
RELATÓRIO	<p>(Narrar o problema. Texto que consolide as informações que o conselheiro relator acredita serem importantes para os outros conselheiros terem conhecimento como subsídio para emissão do voto).</p> <p>O COMUC propôs em reunião ordinária de fevereiro de 2019 o estudo para a extensão de mandatos dos Conselheiros da Sociedade Civil na ordem de 50% por setorial e Regional, para haver continuidade das implementações em andamento e cumprimento das metas propostas.</p> <p>Este parecer destina-se a apresentar os resultados da discussão e propor critérios para o atendimento desta deliberação da plenária do COMUC, de forma a contemplar a efetividade da representação da sociedade civil. Os outros 50% serão eleitos conforme decisão da comissão eleitoral própria para este pleito.</p> <p>Citamos um exemplo de recondução, que acontece no âmbito do Estado de Minas Gerais (Decreto 46.406, DE 27/12/2013, relativo ao CONSEC – Conselho Estadual de Política Cultural do Estado de Minas Gerais):</p> <p>§ 2º Em conformidade com o § 3º do art. 125 da Lei Delegada nº 180, de 2011, quando da renovação dos membros do CONSEC, garantir-se-á a permanência de parte dos membros escolhidos para o mandato em curso, atendido o disposto no § 2º do mesmo artigo, podendo haver a recondução de até cinco conselheiros da sociedade civil organizada.</p> <p>§ 3º Não poderá haver recondução do mesmo membro por mais de uma vez, a cada dois anos.</p>
ANÁLISE	<p>(Análise à luz do marco conceitual (documentos reguladores, estudos acadêmicos, pareceres, leis, decretos, etc.) conforme a natureza do problema relatado. Avaliar o enquadramento da proposta na abrangência e na área de especificidade do assunto).</p> <p>Após estudos internos, ponderamos entre nós que os conselheiros podem levar em consideração a seguinte recomendação. Para efetivar a proposição da 72ª RO propomos que os critérios de transição sejam:</p> <p>As cadeiras que permaneceriam (recondução) seriam as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Menor tempo de designação do conselheiro titular. b) Idade maior do conselheiro titular. c) Cadeira que permanecer, terá titular e suplente. <p>d) no caso de conselheiros suplentes sem participação em pelo menos duas reuniões no mandato (entre Junho/2018 e Julho/2019), haverá novo processo eleitoral para preencher a cadeira suplente.</p> <p>e) Cadeiras em aberto – Processo geral de eleição</p>
Meta(s) do PMC	<p>(Apontar elementos contidos no Plano Municipal de Cultura que sejam ligados ao tema).</p> <p>META IX - Ampliar e qualificar a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas de cultura.</p>

Vínculo com resolução do COMUC	<p>(Apontar se há critérios definidos pelo COMUC em resoluções anteriores referentes à matéria semelhante).</p> <p>Não há resolução do COMUC sobre o tema, porém, a partir de definição da 72ª RO do COMUC, por sugestão do então conselheiro Jason Isnard, foi inserido em pauta “Incluir nos regulamentos que somente a metade dos representantes da sociedade civil tenha seu mandato finalizado a cada dois anos, ou outra forma que permita sempre a metade dos conselheiros com alguma experiência de representação no COMUC”. A partir da inserção, aprovou-se o seguinte encaminhamento “Criar GT para propor regras de recondução e/ou alternância dos mandatos dos conselheiros da sociedade civil”. Designaram-se os conselheiros Eduardo Tavares, Claudia Houara e José Oliveira Junior.</p>
Possíveis impactos para o setor / regional / município / política cultural	<p>(Apontar possíveis impactos para a política cultural).</p> <p>Maior qualificação da participação da sociedade civil no COMUC; Garantia de não haver descontinuidade de atuação, atendendo ao princípio de criar e manter políticas de Estado no setor cultural.</p>
CONCLUSÃO	<p>(Apontar quais são recomendações propostas referentes à questão debatida, indicando sugestões claras e objetivas de encaminhamento para votação pelo plenário).</p> <p>Propomos à plenária do COMUC que até ½ dos conselheiros sejam reconduzidos ao final do mandato atual segundo seguintes os critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Menor tempo de designação do conselheiro titular.b) Idade maior do conselheiro titular.c) Cadeira que permanecer, permanecem titular e suplente, caso haja suplente regular.d) no caso de conselheiros suplentes sem participação em pelo menos duas reuniões no mandato (entre Junho/2018 e Julho/2019), haverá novo processo eleitoral para preencher a cadeira suplente. (- Teatro - Audiovisual - Música - Barreiro - Nordeste - Noroeste).e) Cadeiras em aberto – Processo geral de eleição.
Assinatura	<p>Belo Horizonte, 06 de agosto de 2019</p> <p>Claudia Houara de Castro Eduardo Tavares José Oliveira Junior</p>
Referências básicas	<p>Sem referências externas</p>